

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:**  
A Diretoria da Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

## Balancos Patrimoniais

*Em 31 de dezembro de 2017 e 2016*  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>32.452</b>	<b>43.253</b>
Disponibilidades		507	1.613
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>4</b>	<b>6.723</b>	<b>21.479</b>
Aplicações em operações compromissadas		6.723	21.479
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>6</b>	<b>(498)</b>	<b>(1.213)</b>
Arrendamentos a receber - Setor privado		27.999	44.128
(Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado)		(25.634)	(43.099)
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(2.863)	(2.242)
<b>Outros créditos</b>		<b>25.720</b>	<b>21.374</b>
Créditos tributários	8	10.719	3.749
Diversos	7	15.001	17.625
<b>Não circulante</b>		<b>252.190</b>	<b>324.736</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>183.828</b>	<b>225.325</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>4</b>	<b>140.211</b>	<b>166.286</b>
Aplicações em operações compromissadas		140.211	166.286
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>5.479</b>
Carteira própria		-	5.479
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>6</b>	<b>81</b>	<b>(1.569)</b>
Arrendamentos a receber - Setor privado		16.714	36.665
(Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado)		(16.633)	(35.332)
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		-	(2.902)
<b>Outros créditos</b>		<b>43.536</b>	<b>55.129</b>
Creditos tributários	8	15.596	28.913
Diversos	7	27.940	26.216
<b>Permanente</b>		<b>68.362</b>	<b>99.411</b>
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>11</b>	<b>66</b>
Instalações, móveis e equipamentos de uso		23	133
(Depreciações acumuladas)		(12)	(67)
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>9</b>	<b>68.351</b>	<b>99.345</b>
Bens arrendados		183.085	246.556
(Depreciações acumuladas)		(43.608)	(56.472)
(Insuficiência de depreciação)		(71.126)	(90.739)
<b>Total do ativo</b>		<b>284.642</b>	<b>367.989</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Desempenho:** A Leasing apresentou um lucro líquido de R\$ 9.970 (2016 - R\$ 10.121), correspondente a R\$ 1.325 por ação (2016 - R\$ 1.346), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 3,90% (2016 - 4,08%).

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No segundo

PASSIVO	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>23.755</b>	<b>100.765</b>
<b>Depósitos</b>	<b>10</b>	<b>18</b>	<b>99.321</b>
Depósitos interfinanceiros		-	99.321
<b>Outras obrigações</b>		<b>23.755</b>	<b>1.444</b>
Sociais e estatutárias		2.368	55
Fiscais e previdenciárias	11	1.911	173
Diversas	12	19.476	1.216
<b>Não circulante</b>		<b>4.993</b>	<b>18.932</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>4.993</b>	<b>18.932</b>
Diversas	12	4.993	18.932
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>255.894</b>	<b>248.292</b>
Capital social - Domiciliados no País		195.435	195.435
Reserva de lucros		60.474	52.872
Ajustes de avaliação patrimonial		(15)	(15)
<b>Total do passivo</b>		<b>284.642</b>	<b>367.989</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

*Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017*  
(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>195.435</b>	<b>30.459</b>	<b>52.895</b>	<b>9.393</b>	<b>(25)</b>	<b>-</b>	<b>288.157</b>
Adoção do CPC 33 - Benefício a empregados	-	-	-	-	(4)	4	-
<b>Saldos em abertura em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>195.435</b>	<b>30.459</b>	<b>52.895</b>	<b>9.393</b>	<b>(29)</b>	<b>4</b>	<b>288.157</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	14.f	-	-	-	14	-	14
Lucro líquido	-	-	-	-	-	10.121	10.121
Destinações:							
Reservas	14.b e c	506	6.733	2.886	-	(10.125)	-
Dividendos	14.e	-	(40.607)	(9.393)	-	-	(50.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>195.435</b>	<b>30.965</b>	<b>19.021</b>	<b>2.886</b>	<b>(15)</b>	<b>9.970</b>	<b>248.292</b>
Lucro líquido	-	-	-	-	-	9.970	9.970
Destinações:							
Reservas	14.b e c	499	4.972	2.131	-	(7.602)	-
Dividendos	14.e	-	-	-	-	(2.368)	(2.368)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>195.435</b>	<b>31.464</b>	<b>23.993</b>	<b>5.017</b>	<b>(15)</b>	<b>4.769</b>	<b>255.894</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>195.435</b>	<b>31.216</b>	<b>19.021</b>	<b>2.886</b>	<b>(16)</b>	<b>4.769</b>	<b>253.311</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	14.f	-	-	-	1	-	1
Lucro líquido	-	-	-	-	-	4.950	4.950
Destinações:							
Reservas	14.b e c	248	4.972	2.131	-	(7.351)	-
Dividendos	14.e	-	-	-	-	(2.368)	(2.368)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>195.435</b>	<b>31.464</b>	<b>23.993</b>	<b>5.017</b>	<b>(15)</b>	<b>-</b>	<b>255.894</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

*Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017*  
(Em milhares de Reais)

### 1 | Contexto operacional

A Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing") é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Leasing tem como objeto social exclusivo a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974.

### 2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595 de 1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Leasing em 26 de fevereiro de 2018.

### 3 | Descrição das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, segundo as Portarias do Ministério da Fazenda - MF nºs 140/84 e 113/88, considerando:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, atualizadas monetariamente; e
- Os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional.

#### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

#### d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento.

**ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

**iii. Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB's, são atualizados considerando o custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

#### e) Arrendamentos a receber

Os arrendamentos a receber estão demonstrados pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas como previsto nos contratos, e deduzidos pelo montante de rendas a apropriar de arrendamentos.

As operações de arrendamento mercantil tem seus resultados apurados de acordo com o vencimento das contraprestações. Adicionalmente, o prejuízo apurado ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo remanescente de vida útil do bem objeto de arrendamento.

Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento foi calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante registrado na conta de insuficiência de depreciação acumulada, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 71.126 (2016 - R\$ 90.739). O ajuste contabilizado gerou superveniência no montante de R\$ 16.180 (2016 - Insuficiência de R\$ 3.000) registrado em conta de resultado com operações de arrendamento mercantil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

#### f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de arrendamento em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual de provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de

geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

Considerando exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após 180 dias contados a partir da classificação no *rating* H.

A Leasing constitui provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

#### g) Permanente

##### i. Imobilizado de arrendamento

O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84 está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação descrita na nota 3.e.

##### h) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

#### i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009, que aprova a utilização do CPC 25, e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN.

##### i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As ações cíveis são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira a cerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

São constituídas provisões para os casos classificados como Perda Provável em que o "valor do risco de perda" puder ser determinado ou estimado da seguinte forma:

- Trabalhistas são quantificadas quando da sentença em primeira instância e Cíveis quando do ajuizamento da ação classificadas na rubrica de "Outras Obrigações - Diversas", sendo:
  - Ao valor da média móvel do histórico de pagamentos de processos encerrados, para os processos relativos a causas consideradas semelhantes e rotineiras e cujo valor não seja considerado relevante; ou
  - Pelo "valor do risco de perda" estimado pela Administração, conforme os critérios acima mencionados, para processos relativos a causas consideradas não rotineiras ou cujo valor seja considerado relevante.
- Fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, classificados na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

#### j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%. A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2016.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho

semestre de 2017 a Leasing distribuiu R\$ 2.368 de dividendos e pagou em fevereiro de 2018 enquanto no segundo semestre de 2016, a Leasing pagou R\$ 50.000 a título de dividendos.

Barueri, 26 de fevereiro de 2018

A Diretoria

## Demonstrações dos Resultados

*Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017*  
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2017	2017	2017	2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>44.530</b>	<b>94.068</b>	<b>153.383</b>	
Operações de arrendamento mercantil	15	35.092	72.978	138.255	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.438	20.955	11.635	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	135	3.493
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(34.707)</b>	<b>(71.892)</b>	<b>(136.861)</b>	
Operações de captação no mercado		(3.970)	(9.586)	(12.504)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	-	(13.180)
Operações de arrendamento mercantil	15	(30.50)	(63.573)	(107.565)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(387)	1.267	(3.612)	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>9.823</b>	<b>22.176</b>	<b>16.522</b>	
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>					

Continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Nível de risco	2016				Provisão
	Comércio	Indústria	Outros serviços	Total	
AA	1.950	26.421	133	28.504	-
A	1.090	13.006	-	14.096	(70)
B	-	12.662	-	12.662	(181)
C	6.995	2.471	-	9.466	(313)
D	-	54	-	54	(836)
G	-	-	-	-	(1.516)
H	-	501	-	501	(2.167)
<b>Total</b>	<b>10.035</b>	<b>55.115</b>	<b>18.687</b>	<b>83.837</b>	<b>(5.083)</b>
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	(61)
<b>Total da provisão</b>	-	-	-	-	<b>(5.144)</b>

**c) Composição da carteira de arrendamento a valor presente, por nível de risco**

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	15.611	-	15.611	31,92	-	-	-	-
A	19.424	-	19.424	39,71	0,50%	(97)	-	(97)
B	2.908	-	2.908	5,95	1,00%	(29)	-	(29)
C	3.876	-	3.876	7,92	3,00%	(116)	-	(116)
D	4.548	-	4.548	9,30	10,00%	(455)	-	(455)
E	599	-	599	1,22	30,00%	(180)	-	(180)
H	1.551	395	1.946	3,98	100,00%	(1.551)	(395)	(1.946)
<b>Total</b>	<b>48.517</b>	<b>395</b>	<b>48.912</b>	<b>100,00</b>	<b>(2.428)</b>	<b>(395)</b>	<b>(2.823)</b>	<b>(40)</b>
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	-	-	-	(40)
<b>Total da provisão</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(2.863)</b>

Nível de risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão
AA	28.504	-	28.504	34,01	-	-	-	-
A	14.096	-	14.096	16,81	0,50%	(70)	-	(70)
B	18.093	-	18.093	21,58	1,00%	(181)	-	(181)
C	10.448	-	10.448	12,46	3,00%	(313)	-	(313)
D	8.364	-	8.364	9,98	10,00%	(836)	-	(836)
G	2.145	20	2.165	2,58	70,00%	(1.502)	(14)	(1.516)
H	968	1.199	2.167	2,58	100,00%	(968)	(1.199)	(2.167)
<b>Total</b>	<b>82.618</b>	<b>1.219</b>	<b>83.837</b>	<b>100,00</b>	<b>(3.870)</b>	<b>(1.213)</b>	<b>(5.083)</b>	<b>(61)</b>
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	-	-	-	(61)
<b>Total da provisão</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(5.144)</b>

(1) A partir do segundo semestre de 2016, a Leasing passou a constituir provisão adicional ao mínimo requerido pelo Bacen para os clientes pessoas jurídicas, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna a qual foi aplicada a todo o Conglomerado Financeiro Citibank.

**d) Composição da carteira de arrendamento, por prazo de vencimento**

	2017	2016
Vencidas há mais de 14 dias	395	1.219
A vencer até 90 dias	10.761	13.591
A vencer de 91 a 360 dias	20.044	33.316
A vencer acima de 360 dias	17.712	35.711
<b>Total</b>	<b>48.912</b>	<b>83.837</b>

**e) Composição da carteira de arrendamento por concentração**

	2017		2016	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	42.301	86,48	71.133	84,85
20 seguintes maiores devedores	6.517	13,32	11.675	13,93
Demais devedores	94	0,20	1.029	1,22
<b>Total</b>	<b>48.912</b>	<b>100,00</b>	<b>83.837</b>	<b>100,00</b>

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Saldo inicial	(2.630)	(5.144)	(6.988)	(6.988)
Constituições líquidas de provisão	(387)	1.267	(3.612)	(3.612)
Créditos baixados como prejuízo	154	1.014	5.456	5.456
<b>Saldo final</b>	<b>(2.863)</b>	<b>(2.863)</b>	<b>(5.144)</b>	<b>(5.144)</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	-	182	-
Renegociação de créditos	-	-	112	-

**7 | Outros créditos - Diversos**

	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e antecipações	4	-	33	-
Devedores por depósitos em garantia	-	27.940	-	26.216
Impostos e contribuições a compensar	14.977	-	17.439	-
Diversos	20	-	153	-
<b>Total</b>	<b>15.001</b>	<b>27.940</b>	<b>17.625</b>	<b>26.216</b>

**8 | Créditos tributários**

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda	Saldo em			
	31/12/2016	Constituição	Realização	31/12/2017
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	4.552	128	(570)	4.110
Provisão para contingências cíveis	542	151	(105)	588
Insuficiência de depreciação	22.685	-	(4.045)	18.640
Provisão para bônus e gratificação periódica	16	22	(33)	5
<b>Total</b>	<b>27.795</b>	<b>301</b>	<b>(4.753)</b>	<b>23.343</b>
b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social	Saldo em			
	31/12/2015	Constituição	Realização	31/12/2016
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	7.455	1.085	(3.988)	4.552
Provisão para contingências cíveis	1.941	247	(1.646)	542
Insuficiência de depreciação	21.935	750	-	22.685
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	10	-	(10)	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	-	35	(19)	16
<b>Total</b>	<b>31.341</b>	<b>2.117</b>	<b>(5.663)</b>	<b>27.795</b>

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda	2017			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	235	2.114	1.761	-
Provisão para contingências cíveis	235	353	-	-
Insuficiência de depreciação	9.933	5.063	2.212	1.304
Provisão para bônus e gratificação periódica	5	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.408</b>	<b>7.530</b>	<b>3.973</b>	<b>1.304</b>
				<b>128</b>
				<b>2016</b>
d) Realização de crédito tributário de contribuição social	2017			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	-	2.276	2.276	-
Provisão para contingências cíveis	3.722	6.912	9.393	975
Insuficiência de depreciação	16	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	6	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.738</b>	<b>9.730</b>	<b>11.669</b>	<b>975</b>

e) Realização de crédito tributário de imposto de renda	2017			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	146	1.320	-	1.100
Provisão para contingências cíveis	160	241	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	5	-	-	-
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>1.561</b>	<b>-</b>	<b>1.100</b>
				<b>2016</b>
f) Realização de crédito tributário de contribuição social	2017			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	-	2.066	2.066	-
Provisão para contingências cíveis	11	-	725	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	11	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2.791</b>	<b>2.791</b>	<b>0</b>

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 23.011 (2016 - R\$ 25.635) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

Não há créditos tributários não constituídos sobre diferenças temporárias em 2017.

**9 | Imobilizado de arrendamento**

	2017		
	Custo	Depreciação	Residual
Aeronaves	13.474	(2.706)	10.768
Imóveis	35.500	(4.497)	31.003
Máquinas e equipamentos	106.899	(37.954)	68.945
Veículos	25.336	(11.315)	14.021
<b>Total</b>	<b>181.209</b>	<b>(56.472)</b>	<b>124.737</b>
Insuficiência de depreciação	-	(90.739)	(90.739)
Perdas em arrendamento	163.353	(98.006)	65.347
<b>Total</b>	<b>344.562</b>	<b>(245.217)</b>	<b>99.345</b>

	2016		
	Custo	Depreciação	Residual
Aeronaves	13.474	(2.706)	10.768
Imóveis	35.500	(4.497)	31.003
Máquinas e equipamentos	106.899	(37.954)	68.945
Veículos	25.336	(11.315)	14.021
<b>Total</b>	<b>181.209</b>	<b>(56.472)</b>	<b>124.737</b>
Insuficiência de depreciação	-	(90.739)	(90.739)
Perdas em arrendamento	163.353	(98.006)	65.347
<b>Total</b>	<b>344.562</b>	<b>(245.217)</b>	<b>99.345</b>

O seguro do imobilizado de arrendamento é de responsabilidade do arrendatário, conforme estabelecido em cláusula contratual.

**10 | Depósitos**

Em 2017 foi liquidada a captação em depósitos interfinanceiros. Em 2016 o saldo era de R\$ 99.321

**11 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias**

	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e contribuições a recolher	1.911	-	173	-
<b>Total</b>	<b>1.911</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, a Leasing registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 150 (2016 - R\$ 1.800). A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício no montante de R\$ 971 (2016 - R\$ 15)

**12 | Outras obrigações - Diversas**

	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 13)	89	2.284	189	1.978
Provisão para pagamentos a efetuar	90	-	107	-
Credores por antecipação de valor residual	19.176	2.709	196	16.954
Credores diversos	141	-	4	-
<b>Total</b>	<b>19.476</b>	<b>4.993</b>	<b>1.216</b>	<b>18.932</b>

**13 | Passivos contingentes e obrigações legais**

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências	2017				2016			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para outros passivos contingentes - Cíveis	69	2.284	189	1.978	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>2.284</b>	<b>189</b>	<b>1.978</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Contingências classificadas com riscos de perda possível:** Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 49.249 (2016 - R\$ 50.826) e cíveis no montante de R\$ 0 (2016 - R\$ 2.846), composto basicamente pelos seguintes casos:

- **Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 47.956 (2016 - R\$ 45.495):** Trata-se de Auto de Infração lavrado para constituir crédito tributário de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Aguarda-se julgamento no Câmar Superior de Recursos Fiscais - CSRF.
- **Ações indenizatórias - R\$ 0 (2016 - R\$ 2.846):** Questionamento de negatização junto ao órgão de proteção ao crédito.

**b) Movimentação das contingências**

Cíveis	2017				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Utilização	
Total	2.167	388	(371)	(46)	2.167
	2.167	388	(371)	(46)	2.167

Cíveis	2016				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Reversão	Utilização	
Total	7.766	105	(2.376)	(4.209)	2.167
	7.766	105	(2.376)	(4.209)	2.167

**14 | Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social da entidade é representado por 7.521.813 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

**b) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No exercício foi constituída reserva legal no montante de R\$ 499 (2016 - R\$ 506).

**c) Reserva estatutária**

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da Leasing e; (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Leasing, estando limitada a 80% do seu capital social.

...Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

• **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais às áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

### 21.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional-CMN, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 21.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

**Primeira Linha de Defesa-Negócio:** o negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

**Segunda Linha de Defesa-Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operational Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico:** Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da  
Citibank Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil  
Barueri - SP



### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Leasing em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

### Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3. e). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Terceira Linha de Defesa:** A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

• O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 21.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 21.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 21.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos-ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 21.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de socioambiental consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Responsabilidade Socioambiental.

### 21.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

## A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa  
CRC: 1SP191859/O-5

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/O-8